



**Intervenção do Ministro da Administração Interna no debate sobre a
renovação da Declaração do Estado de Emergência**

13 de janeiro de 2021

Senhor presidente,
Senhoras e senhores deputados,

Estamos hoje a discutir o projeto de decreto apresentado pelo senhor Presidente da República que estabelece um novo período de Estado de Emergência para resposta à crise sanitária Covid-19 para o período entre 15 e 30 de janeiro.

Estamos num passo mais de um esforço muito difícil de mobilização da sociedade portuguesa, que temos acompanhado na Assembleia da República com a adoção de novas fases de aplicação do regime do Estado de Emergência desde o início de novembro e que permitiram travar aquela que era a dimensão de aumento de contágios, de aumento de casos, no período de novembro e de dezembro.

Estamos hoje confrontados com a informação que há uma semana não existia. Estamos hoje com a visão plena daquela que é uma evolução que acompanha a dimensão europeia da pandemia e, por isso, o Governo emitiu um parecer favorável a este novo período do Estado de Emergência, marcado pela adoção de medidas mais significativas de restrição dos contactos, pela mobilização de mecanismos que permitem apoiar o SNS neste combate, pela salvaguarda do princípio fundamental da democracia e da realização, com plenas condições sanitárias, das eleições presidenciais no próximo dia 24. E com a criação de

novos mecanismos de defesa dos mais frágeis, de mecanismos de combate à especulação económica, aproveitando-se de momentos de fragilidade.

Não escondemos a dimensão da situação sanitária complexa que enfrentamos. Hoje registamos 92 milhões de casos a nível mundial, perto de dois milhões de óbitos. Registamos mais de 26 milhões de casos na União Europeia. Registamos na Europa cerca de 600 mil óbitos. Portugal é neste caso um país que realizou, na resposta sanitária, uma mobilização adequada, que se traduz em, até hoje, 6 milhões de testes e com a maior capacidade de testagem desde o início da pandemia.

Portugal, ao contrário do que desinformadamente foi dito neste debate, testa por habitante mais do que a França, mais do que a Itália, mais do que a Alemanha ou mais do que a Suécia. E é por isso que não escondemos a gravidade de uma situação à qual é preciso dar a resposta adequada, quando estamos na iminência de ultrapassar hoje meio milhão de casos registados e ultrapassámos já 8.000 óbitos, que todos lamentamos.

Por isso, a resposta é o apoio ao SNS, a duplicação do número de camas de cuidados intensivos que ocorreu desde o início da pandemia, o aumento da capacidade de resposta, a mobilização de meios por acordo com o setor social ou com o setor privado e a vontade, já reiteradamente manifestada, de utilização de todos os mecanismos legalmente admitidos, designadamente a requisição civil de equipamentos ou de pessoal de saúde desses setores.

É por isso que o esforço de vacinação corresponde à necessidade desta resposta e, por isso, até ontem ultrapassámos já os 82.000 cidadãos vacinados com prioridades claras: primeiro os profissionais de saúde e, desde a semana passada, os residentes e utentes e trabalhadores de lares e outras estruturas de apoio a idosos.

É neste contexto que este mecanismo de Estado de Emergência prevê as condições necessárias para que os portugueses, em liberdade e com segurança

sanitária, participem no próximo domingo usando o voto antecipado - que teve até esta noite 151 mil inscritos, o triplo dos que se registaram nas eleições legislativas de 2019 e que prova a organização atempadamente tomada e uma resposta dos portugueses que querem participar na vida democrática -, tal como prevê mecanismos que permitem o voto de cidadãos confinados e as condições sanitárias para aqueles que votarão no próximo dia 24.

Estas medidas correspondem à execução atempada pelo Governo das decisões tomadas aqui na Assembleia da República, no dia 23 de outubro. Mas não posso deixar de registar, face àquilo que é a verificação do Diário da Assembleia da República, que o único grupo parlamentar que disse aqui ainda hoje - reiterando uma mentira e uma ofensa à democracia - que não tinham sido tomadas, ou foram tomadas atabalhoadamente, as medidas necessárias para exercer o direito de voto em pandemia foi o único grupo parlamentar que faltou à sessão de 23 de outubro, em que foram aprovadas as leis orgânicas 3/2020 e 4/2020. O Chega! não esteve, de facto. Foi ausente na tomada atempada, pela Assembleia da República, das medidas necessárias para o voto do próximo dia 17 e no próximo dia 24.

É por isso também tão importante que, neste momento, se encontrem outros mecanismos de resposta à pressão que a sociedade portuguesa está a sentir. Daí o alargamento da resposta para os trabalhadores que estão em layoff, garantindo o pleno pagamento dos salários a 100% relativamente às empresas em layoff, o alargamento das moratórias, o alargamento dos direitos dos cidadãos na utilização de documentos que estejam caducados, a entrada em funcionamento das Estruturas de Apoio de Retaguarda que têm vindo a ser criadas entre o Ministério da Administração Interna, na área da Proteção Civil, com as estruturas da Saúde e da Segurança Social, em articulação com as estruturas da Defesa e das autarquias locais - 19 estruturas de apoio de Retaguarda já em funcionamento, correspondendo a cerca de 2.000 camas de retaguarda, das quais apenas 79 estão até este momento em utilização.

É por isso que neste quadro é fundamental a mobilização da sociedade portuguesa e por isso registamos, de forma muito positiva, a circunstância de hoje, novamente, uma esmagadora maioria correspondente a mais de 90% da Assembleia da República viabilizar esta extensão adicional do período de Estado de Emergência.

Mas também queria dizer aqui à direita parlamentar, que hoje voltou a falar da não adoção atempada de medidas, que como ontem claramente disse o senhor Presidente da República, não se registou de nenhuma dessas forças políticas a proposta, nesse diálogo com o senhor Presidente da República nem aqui no debate parlamentar, de qualquer restrição adicional no período de Natal ou de Ano Novo.

Mais, o que tivemos aqui a semana passada, quando dizíamos já que a única forma de limitar o alastramento da pandemia era limitar contágios, era a direita parlamentar a falar em abrir restaurantes à tarde, a falar em abrir o comércio todo o dia ao fim de semana.

Como lhes foi dito aqui, foi em Portugal que houve uma adoção de medidas mais equilibradas no balanço muito difícil entre a Saúde e a Economia e que, de facto, a alternativa não estava no que dizia o dr Rui Rio, de termos os restaurantes abertos à hora do almoço e até meio da tarde.

Infelizmente, para todos nós, a alternativa estava entre as restrições tomadas até à semana passada ou aquelas que hoje, com o novo decreto de Estado de Emergência, o Governo irá adotar no Conselho de Ministros que realizaremos imediatamente a seguir à votação deste novo decreto de Estado de Emergência.

É nesta mobilização da sociedade portuguesa, exercendo em democracia a sua manifestação de vontade - agora na eleição do Presidente da República -, apoiando o Serviço Nacional de Saúde, mas sobretudo com sentido de responsabilidade que una todos os portugueses na prevenção do risco para uma batalha que será longa, numa batalha que nos trará aqui dentro de 15 dias, que

nos trará aqui várias vezes até que, sem desistência, sem deserções, como disse na última intervenção a deputada Cristina Rodrigues, fidelizando aquilo que é o sentimento geral desta Câmara, com firmeza, com coesão social, com coesão nacional, combatamos esta terrível pandemia pela democracia, pela vida, pela recuperação da vida em normalidade.